



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção Escrita

Nos últimos anos, o Governo tem gastado montantes avultados do erário público, mais de 800 milhões por ano, com o arrendamento de escritórios e lugares de estacionamento. Tirando os tribunais de segunda e última instância e os serviços do Ministério Público junto destes tribunais, os órgãos judiciais de primeira instância e os outros serviços do MP funcionam em diferentes edifícios comerciais, dispersos por Macau, onde o espaço e as instalações são cada vez mais insuficientes, face ao aumento de processos e de pessoal. Aliás, este problema, isto é, as instalações não conseguem satisfazer as necessidades de funcionamento, tem sido mencionado, nos últimos anos, em quase todas as sessões de abertura do ano judiciário e relatórios do ano judiciário.

É verdade que a falta de espaço, acredita-se, vai ser aliviada com a mudança dos Juízos Criminais do Tribunal Judicial de Base para o edifício junto ao Lago Sai Van, e com a conclusão e inauguração do edifício provisório do Ministério Público no próximo ano, mas mais de metade dos órgãos judiciais continuam a funcionar em escritórios arrendados em edifícios comerciais, nomeadamente, entre os órgãos de primeira instância, os 3 Juízos Cíveis, o Juízo Laboral, os Juízos de Família e de Menores, os Juízos de Pequenas Causas Cíveis e o Tribunal Administrativo. O funcionamento em edifícios comerciais arrendados não só é incompatível com a solenidade e seriedade destes órgãos, como também implica incertezas em relação à continuidade do arrendamento. De acordo com o Relatório de Trabalho do Ministério Público de 2018, divulgado no ano passado, este órgão enfrentou



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

mais uma vez o termo do contrato de arrendamento, e acabou por renovar o contrato sob a condição de aumento da renda, que é financiada pelo erário público. Esta incerteza causa enorme distúrbio ao funcionamento destes órgãos. Além disso, uma vez que os serviços judiciais se encontram dispersos, o funcionamento e a eficiência da justiça são postos em causa.

Aquando da 3.<sup>a</sup> fase da auscultação pública sobre o Plano Director dos Novos Aterros, realizada pelo Governo em 2015, foi proposto que uma parte da Zona B se destinasse a órgãos administrativos e judiciais, ideia que teve um nível de concordância médio-alto entre a população.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Já se passaram mais de 4 anos desde a divulgação, em Fevereiro de 2016, dos resultados da 3.<sup>a</sup> fase da auscultação pública sobre o Plano Director dos Novos Aterros. Quais foram os trabalhos de acompanhamento desenvolvidos pelo Governo?

2. Qual é o ponto de situação do projecto e construção das instalações permanentes dos órgãos judiciais? Quando é que vai ser possível acabar com as incertezas em relação à continuidade do arrendamento, melhorar o ambiente de trabalho e juntar estes órgãos no mesmo local, para facilitar a vida da população?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,**

**Leong Sun lok**

**23 de Abril de 2020**